Processo TC 013.904/2012-4 (com 98 peças)
Tomada de Contas Especial
Recursos de Reconsideração

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de recursos de reconsideração interpostos pela Ocema - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão (peça 74) e pela sra. Adalva Alves Monteiro (peça 83), ex-presidente da referida entidade, contra o Acórdão 6.726/2015-1ª Câmara (peça 48), proferido nos seguintes termos:

“VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação de Contabilidade da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em razão da não comprovação da correta aplicação dos recursos repassados à Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão (Ocema) por força do Convênio MAARA/SDR 63/95 (Siafi 133971), ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em

9.1. em relação ao senhor Benedito Souza Rodrigues (038.003.263-53), arquivar o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no artigo 212 do Regimento Interno do TCU;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea ‘b’ da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, julgar irregulares as contas da Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão (CNPJ 06.994.560/0001-95) e da Sra. Adalva Alves Monteiro (CPF 023.009.664-68), condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea ‘a’, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor.

Data	Valor
5/12/1995	900,00
5/12/1995	4.500,00
5/12/1995	4.500,00
5/12/1995	1.750,00
14/12/1995	700,00
14/12/1995	2.500,00
14/12/1995	2.500,00
14/12/1995	600,00
26/12/1995	900,00
26/12/1995	4.500,00

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

26/12/1995	4.500,00
4/1/1996	2.500,00
4/1/1996	2.500,00
4/1/1996	600,00
18/1/1996	700,00
18/1/1996	2.500,00
18/1/1996	2.500,00
18/1/1996	2.500,00
18/1/1996	2.500,00
18/1/1996	700,00
18/1/1996	2.500,00
18/1/1996	2.500,00
18/1/1996	600,00
25/1/1996	600,00
25/1/1996	600,00
26/2/1996	6.000,00
26/2/1996	3.000,00
26/2/1996	3.000,00
12/3/1996	900,00
14/3/1996	2.250,00
29/3/1996	4.636,09
10/5/1996	2.250,00
27/5/1996	1.500,00
13/6/1996	3.480,00
14/6/1996	900,00
20/6/1996	900,00
20/6/1996	762,00
20/6/1996	6.000,00
8/7/1996	9.090,00
12/7/1996	1.500,00
26/7/1996	4.500,00
26/7/1996	7.500,00
30/7/1996	7.950,00
31/7/1996	3.000,00
9/4/1996	1.500,00
9/4/1996	1.000,00

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

27/5/1996	2.500,00
20/7/1996	5.500,00
12/7/1996	1.868,60
18/1/1996	43,75
18/1/1996	76,40
26/2/1996	95,00
14/3/1996	1.650,00
20/6/1996	2.431,88
30/7/1996	694,00

9.3. autorizar, desde logo, com base no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e os demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor; e

9.5. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.”

As irregularidades que motivaram a condenação das responsáveis foram:

a) pagamentos em que houve emissão de cheques em nome do próprio emitente, caracterizando rompimento de nexos causal entre o desembolso e a despesa realizada;

b) comprovação dos pagamentos efetuados por meio de recibo (sem validade fiscal) de empresas constituídas que, portanto, estariam obrigadas a fornecer documento fiscal (nota fiscal), acarretando a ausência da comprovação da boa e regular aplicação desses recursos.

A Secretaria de Recursos (Serur) examinou as peças recursais e, em pronunciamentos uniformes, formulou a seguinte proposta de encaminhamento (peças 96 a 98):

“a) conhecer do recurso interposto por Adalva Alves Monteiro e, no mérito, dar-lhe provimento, suprimindo-se o débito imputado, julgando-se as contas regulares com ressalva e arquivando-se os autos;

b) conhecer do recurso interposto por Ocema-MA/Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão e, no mérito, dar-lhe provimento, suprimindo-se o débito imputado e arquivando-se os autos;

c) dar ciência da decisão aos recorrentes e demais interessados.”

II

O Ministério Público de Contas diverge da proposta de encaminhamento formulada pela Serur, pois entende que deve ser negado provimento aos recursos de reconsideração em exame.

O fundamento adotado pela Serur para propor o provimento aos recursos foi a existência de prejuízo ao exercício do contraditório e da ampla defesa, em razão do decurso de 11 anos entre a entrega da prestação de contas do Convênio MAARA/SDR 63/1995 (28/8/1996) e a sua reanálise (10/4/2008), e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

de 17 anos entre as irregularidades (5/12/1995 e 30/7/1996) e o despacho que ordenou a citação das recorrentes (datado de 10/12/2013).

Ocorre que essa questão já foi devidamente enfrentada no voto condutor da deliberação recorrida, da lavra do Ministro Benjamin Zymler, consoante excerto a seguir reproduzido (peça 49):

“16. Ademais, não vislumbro, em relação à senhora Adalva e à Ocema, problemas relacionados ao exercício do contraditório e da ampla defesa, pois ainda na fase interna dessas contas especiais foram chamados a se manifestar sobre os fatos ora questionados, isto é, instados em diversas oportunidades a produzir elementos aptos a comprovar a correta aplicação dos recursos destinados em face do ajuste em comento.”

De fato, como já havia constado do parecer do Ministério Público de Contas (peça 47), não se poderia conferir à sra. Adalva e à Ocema o mesmo tratamento dado ao sr. Benedito de Souza Rodrigues (ex-vice presidente da Ocema), tendo em vista que aquelas responsáveis haviam sido devidamente notificadas pelo MAPA na fase interna da tomada de contas especial, nos anos de 1997, 1998 e 2008, conforme ofícios à peça 1, pp. 172/8, 182/94, 224 e 310/6, devidamente entregues às destinatárias (peça 1, pp. 180, 196, 228 e 324).

Note-se que a primeira notificação (peça 1, pp. 172/8), datada de 26/5/1997, ocorreu pouco tempo após o fim da vigência do convênio (31/7/1996 – peça 1, pp. 46/8), e, por meio dela, a sra. Adalva, então presidente da Ocema, foi devidamente cientificada da existência de diversas falhas na prestação de contas do convênio, incluindo a insuficiência da comprovação de despesas por recibos e a emissão de cheques nominais à própria Ocema.

Nessa linha, o longo tempo decorrido entre as irregularidades e a reanálise da prestação de contas não teve o condão de prejudicar o exercício da ampla defesa e do contraditório, na medida em que, desde meados de 1997, as recorrentes estavam devidamente cientes das irregularidades e poderiam, já naquela época, ter produzido as provas que entendessem necessárias para descaracterizá-las.

Considerando-se, pois, que as primeiras notificações das responsáveis (peça 1, pp. 172/8, 182/94 e 224) ocorreram muito antes de 10 anos contados da prática das irregularidades, não se aplica, ao presente caso, o disposto no art. 6º, II, da IN TCU 71/2012.

Quanto ao fato de terem decorrido mais de 17 anos entre a data das irregularidades e a data do despacho que ordenou a citação das responsáveis (peça 24), isso enseja apenas a prescrição da pretensão punitiva do TCU (cf. Acórdão 1.441/2016-Plenário), já reconhecida pela deliberação recorrida. Já o débito é imprescritível, a teor da Súmula 282 do TCU.

Sendo assim, não estando caracterizado nos autos o prejuízo à ampla defesa e ao contraditório, e tendo a unidade técnica afastado os demais argumentos apresentados pelas recorrentes, deve-se negar provimento aos recursos de reconsideração, mantendo-se, em seus exatos termos, a deliberação recorrida.

III

Ante o exposto, o Ministério Público de Contas manifesta-se no sentido de o TCU:

- a) conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pela Ocema - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão e pela sra. Adalva Alves Monteiro contra o Acórdão 6.726/2015-1ª Câmara, e, no mérito, negar-lhes provimento;
- b) dar ciência da deliberação que vier a ser proferida às recorrentes e aos demais interessados.

Brasília, 28 de novembro de 2017.

Júlio Marcelo de Oliveira
 Procurador